

A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA RETRATADA POR MEIO DA CHARGE ELETRÔNICA

CONTEMPORARY POLICY PORTRAITED THROUGH ELECTRONIC CHARGE

Fernanda Schwertner¹
Luiz Gonzaga Silva Adolfo²

RESUMO: Pretende-se com o presente trabalho demonstrar que, com base na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas e com o advento da Sociedade da Informação, a função da charge eletrônica na política é de facilitar a compreensão, por parte do cidadão, das informações públicas prestadas pela Administração Pública em seus três poderes, bem como do que está ocorrendo no país com relação ao governo, economia, educação, entre outros, facilitando o diálogo entre sociedade, governo e Administração, ainda auxiliar o exercício da cidadania em fiscalizar os atos praticados pelos referidos entes públicos. O debate se apresenta na esfera dos direitos comunicativos, na qual a mídia possui o potencial de transpor a ação face a face criando redes de comunicação simultâneas com conteúdos advindos de diferentes setores sociais, além das ações, interações, trocas de ideias e experiências no ciberespaço. Nesse contexto, deve-se perguntar qual a função desempenhada pela charge eletrônica na política contemporânea? Para chegar-se a resposta do problema, será utilizado o método dedutivo, realizando-se a pesquisa bibliográfica, tanto em livros impressos como na internet em sites relacionados ao conteúdo pesquisado. Posto isso, busca-se em um primeiro momento, conceituar a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas. Já no segundo momento, busca-se conceituar a charge, explicar qual é o seu objetivo e diferenciar a charge jornalística da charge eletrônica. Por fim, planeja-se demonstrar a função desempenhada pela charge eletrônica na política contemporânea.

Palavras-chave: Agir comunicativo; Charge eletrônica; Política.

ABSTRACT: *The present paper intends to demonstrate that, based on Habermas's Theory of Communicative Action and the advent of the Information Society, the function of the electronic charge in politics is to facilitate the citizen's understanding of information public powers provided by the Public Administration in its three powers, as well as what is happening in the country in relation to government, economy, education, among others, facilitating the dialogue between society, government and Administration, still assist the exercise of citizenship in supervising the acts practiced by the said public entities. The debate takes place in the sphere of communicative rights, in which the media has the potential to transpose action face-to-face by creating simultaneous communication networks with content from different social sectors, in addition to actions, interactions, exchanges of ideas and experiences in cyberspace. In this context, one must ask what function the*

¹Mestranda em Direito, Linha de Pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo com foco nos direitos fundamentais na Sociedade da Informação.

²Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Pós-doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil /ULBRA, Campus Gravataí.

electronic charge plays in contemporary politics? In order to arrive at the answer of the problem, the deductive method will be used, being carried out the bibliographical research, in both printed books and in the internet in sites related to the researched content. Having said this, we seek at first to conceptualize the Theory of Communicative Action of Habermas. In the second moment, we seek to conceptualize the charge, explain what its purpose is and differentiate the journalistic charge of the electronic charge. Finally, it is planned to demonstrate the function played by the electronic charge in contemporary politics.

Keywords: *act communicative; electronic charge; politics.*

INTRODUÇÃO

Caminhamos hoje por mais uma das transições sociais que transformam a sociedade ao longo dos tempos. As mudanças passam pelo modo de agir da sociedade, pensar, se relacionar, ainda a evolução atinge os dispositivos que propuseram e/ou fizeram parte dessas modificações. Entende-se, então, que muitas das transformações sociais, como a utilização da internet, das redes sociais, estão diretamente ligadas às transformações tecnológicas da qual a sociedade se apropria para se desenvolver e se manter.

O autor Jürgen Habermas buscou evoluir, abandonando o paradigma racional, criando a teoria do agir comunicativo que pressupõe um modelo de agir orientado para o entendimento mútuo, no qual os atores buscam harmonizar internamente seus objetivos e ações com o acordo existente ou a ser negociado sobre a situação e as consequências esperadas, o qual deverá ser alcançado por meio da comunicação (HABERMAS, 1989).

A comunicação foi e continuará sendo o elo mais importante da evolução humana. O ser humano, desde a sua origem, necessita se comunicar, e não apenas o faz com a comunicação verbal, pois esta é exercida por meio de todos os métodos que uma mente pode ser afetada. É por meio da comunicação que o ser humano adquire a informação, o qual ele a exige juntamente com a transformação, tendo em vista que se trata da sociedade e da história.

As charges são consideradas por alguns doutrinadores como um dos gêneros do discurso jornalístico, tendo em vista que o jornal foi, e ainda é, um importante meio de circulação do gênero, que reproduz atitudes e acontecimentos de certa relevância histórica, até mesmo apresentando críticas a respeito dos fatos que ocorrem na sociedade.

O acelerado desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, as formas de comunicação mediadas pelo computador, propiciaram o surgimento de novos processos de interação, dentre eles, encontram-se as chamadas charges eletrônicas.

Refere-se que a internet pode aproximar as pessoas, podendo também aproximar os políticos de seus eleitores, bem como os cidadãos das informações necessárias para exercerem o seu poder de fiscalizar os atos da Administração Pública.

Dada essa contextualização inicial, faz-se o seguinte questionamento: com base na Teoria do Agir Comunicativo de Habermas e com o advento da Sociedade da Informação, qual a função desempenhada pela charge eletrônica na política contemporânea?

Para tanto, em um primeiro momento, pretende-se conceituar a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, vinculando-a com a Sociedade da Informação. Na sequência, far-se-á abordagem da charge eletrônica, então, a análise da relação entre a charge eletrônica e a política contemporânea.

2. TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS

O autor Jürgen Habermas buscou enfrentar questões apresentadas pelos autores Weber, Adorno e Horkheimer nos processos de racionalização societária. Para Habermas, a análise destes autores chega a um impasse, visto que eles trabalham com um conceito restrito de razão. Por este motivo, eles confundem o

processo de modernização capitalista, o qual é embasado na razão instrumental, como sendo a própria racionalização societária. Agindo assim, confundindo racionalidade do sistema com racionalidade da ação, estes autores só conseguiram situar a espontaneidade livre de reificação em poderes irracionais como o carisma, no caso de Weber, a arte, para Adorno e o amor, para Horkheimer.

Para sair deste impasse, Habermas propõe um salto paradigmático, abandona o paradigma da consciência a que os citados autores encontravam-se detidos, em prol de um novo paradigma: o da comunicação. Veja-se que o paradigma da consciência encontrava-se calcado na ideia de um pensador solitário que buscava entender o mundo a sua volta, descobrindo as leis gerais que o governavam, revelando a unidade encoberta sob a diversidade aparente. Neste modelo há uma relação de subordinação do objeto frente ao sujeito. De acordo com Habermas, este paradigma não se sustenta mais. Após Hegel ter mostrado o caráter intrinsecamente social e histórico das estruturas da consciência, Marx revela que a mente não é o campo da natureza, mas o inverso e que as formas de consciência são representações ocultas das formas de reprodução social; Darwin ter estabelecido o vínculo entre inteligência e sobrevivência e, finalmente, que Nietzsche e Freud revelaram o inconsciente no âmago da consciência.

Pode-se afirmar que a importância da teoria habermasiana na Escola de Frankfurt surge a partir da década de 60. Por meio dos estudos de Habermas, que se insere na segunda geração da escola, ressalta-se uma abordagem que se diferencia dos pensamentos, das ideias dos representantes da primeira geração, Adorno, Horkheimer e Weber. Embora apresente um desdobramento dos diálogos e dos debates propostos por esta primeira geração da teoria crítica, Habermas propõe uma leitura da razão e dos sujeitos da razão tomando um caminho um tanto diferenciado desta perspectiva inicial. (HONNETH, 1999).

A teoria do agir comunicativo define o agir como um processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo, ou seja, é o iniciador, o qual domina

as situações por meio de ações imputáveis e também é o produto dos grupos solidários que participa e dos processos de socialização nos quais se cria (HABERMAS, 1989). Ainda, a teoria da ação permite verificar o dos aspectos morais da vida social em conexão com a descentralização da compreensão do mundo e o funcionamento das estruturas das interações. Assim, o agir comunicativo permite a formulação de uma reconstrução dos estágios de interação. Os estágios de interação, por sua vez, podem ser descritos como o fundamento nas estruturas de perspectivas que se encontram implementadas, conforme o caso, em diferentes tipos de agir (HABERMAS, 1989). Destaca-se que a teoria do agir comunicativo pressupõe um modelo de agir orientado para o entendimento mútuo, no qual os atores busquem harmonizar internamente seus objetivos e ações com o acordo existente ou a ser negociado sobre a situação e as consequências esperadas, o qual deverá ser alcançado por meio da comunicação.

A comunicação foi e continuará sendo o elo mais importante da evolução humana. O ser humano, desde a sua origem, necessita se comunicar, e não apenas o faz com a comunicação verbal, pois esta é exercida por meio de todos os métodos que uma mente pode ser afetada, não somente pela linguagem escrita ou oral, mas também pela música, teatro, balé, por todo comportamento humano (NUNES, 2011). É por meio da comunicação que o ser humano adquire a informação, o qual ele a exige juntamente com a transformação, tendo em vista que se trata da sociedade e da história. Atualmente, as atividades informativas exercem funções essenciais para o desenvolvimento da convivência (BENEYTO, 1974).

Perceba-se que esta função linguística, trocas simbólicas, que permeiam a captação e disseminação de informações, assumida e exercida integralmente pelos meios de comunicação, passaram a ser fatores determinantes da vida social, tendo um papel importante na construção da sociedade global (TREVISOL, 2009). Pois, é no ato da linguagem que buscamos o entendimento com alguém sobre algo do mundo (HABERMAS, 1989).

A linguagem se apresenta como condição a possibilitar e limitar o conhecimento, sendo que uma teoria da comunicação é que permitiria uma análise crítica da sociedade (TOMAZ; LEITE; COSTA, 2016). Nesse sentido, “direitos comunicativos” são o conjunto dos direitos relativos a quaisquer formas de expressão ou de recebimento de informações. Ou seja, trata-se da liberdade que todos os cidadãos têm de expressar ideias e opiniões, pontos de vista em matéria científica, artística, religiosa, política, em quaisquer meios de comunicação, em assembleias ou associações, abrangendo também os direitos daqueles que receberam ou sofreram o impacto de tais ideias, opiniões, conceitos ou pontos de vista (MAZZUOLI, 2005).

Complementa-se, conforme a teoria do Agir Comunicativo de Habermas, a mídia possui o potencial de transpor a ação face a face criando redes de comunicação simultâneas com conteúdos advindos de diferentes setores sociais. Além disso, a mídia, ainda, disponibiliza a mensagem em amplas escalas espaço-temporais, fazendo com que o público não só participe desse espaço como também preserve um campo de relações. De acordo com Habermas, além do corpo físico são indispensáveis as ações, interações, troca de ideias e experiências, sendo que o ciberespaço é permeado por práticas sociais e a materialidade das relações humanas codifica-se na linguagem, evidenciando a importância que esta ferramenta dá ao público o poder de interação que dispensa o contato presencial (HABERMAS, 1997).

Além disso, a teoria do discurso ao agregar processos de entendimento democráticos concretiza-os por meio de procedimentos das esferas públicas, construindo arenas nas quais se pode promover uma formação racional da opinião sobre assuntos importantes para a sociedade e dependentes de regulamentação. Dessa forma, o fluxo de comunicação que se movimenta entre formação pública da vontade, decisões institucionalizadas e deliberações legislativas, assegura a transformação do poder gerado comunicativamente (HABERMAS, 1997).

Nas palavras de Habermas:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. [...] Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (1997, p. 92).

Diante do exposto, percebe-se que Habermas se preocupou em trazer para o debate uma nova proposta de entendimento da razão, questionando o marxismo clássico que se pauta no paradigma técnico do trabalho humano. Para o marxismo e os primeiros teóricos da geração de Frankfurt Adorno, Horkheimer, Weber a razão é entendida como uma forma de controle do ser humano sobre a natureza. Assim, Habermas tenta ultrapassar este pensamento paradoxal insurgindo ao conceito adorniano de razão uma razão mais ampla, que não se baseie mais na relação sujeito-objeto, e sim na relação entre sujeitos, qual seja a razão comunicativa. (ROUANET, 1987).

Refere-se que existem duas perspectivas da razão no âmago da teoria crítica. Cada uma de seu modo confronta a razão instrumental. De um lado, uma razão que identifica na lógica instrumental um mecanismo de controle e dominação de todas as ações humanas e de outro lado, uma razão que, mesmo concordando com a existência dessa racionalidade técnica no seio social, identifica também uma possibilidade de ruptura com essa lógica a partir da racionalidade comunicativa entre sujeitos.

Partindo da teoria de Habermas, pode-se dizer que a Internet não só revolucionou positivamente a sociedade, facilitando a vida em geral como também se tornou um espaço para comunicação, política, economia e democracia, local para a realização do ser humano, participação e interação cívica, onde ainda é possível

ter diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais, exercício de liberdade de expressão.

Veja-se que também houve uma descentralização do processo de produção e divulgação de informação, na qual qualquer um pode fazer isso e passa a ter acesso àquilo que procura. Porém, a capacidade desses meios que mais se destaca é que eles proporcionam um encurtamento de distâncias, eliminação de barreiras nacionais e algumas ideológicas, a desterritorialização e a utilização de uma linguagem universal.

Sabe-se que as informações estão disponíveis no ambiente virtual, mas precisam ser acessadas e nem todos possuem tal possibilidade ou interesse. Além disso, a ampliação das relações sociais pode não significar, necessariamente, relevância política. Nesse sentido, verifica-se, nesse ambiente das redes de comunicação, o que Gomes chama de esfera de visibilidade pública:

“o repertório de ideias, opiniões, informações e imagens que constitui o conhecimento comum sobre a esfera política e os negócios públicos (...) uma espécie de esfera pública expositiva, que constata com a esfera pública discursiva (...) que nem se orienta pelos valores democráticos, nem pelo serviço ao interesse público (...). A sua forma predominante é dominada pela indústria da informação (...)” (2006, p.58).

Com efeito, na Comunicação e na Ciência da Informação, entre outras áreas do conhecimento, é aberto o caminho para se pensar as novas formas, dinâmicas da circulação da informação e do conhecimento, enquanto que aspectos econômicos, políticos, legais, culturais, sociais e tecnológicos afetam e são afetados por essa realidade de alcance global (FERREIRA, 2014).

Ressalta-se que a Internet proporciona espaços de visibilidade peculiares, que podem abranger tanto os fluxos comunicativos sistêmicos (organizado) e discursivos (espontâneo). Esse último, em especial, entende-se que é beneficiado pela nova tecnologia, a qual facilita a exposição dos discursos particulares e das

subjetividades para um grupo maior de possíveis sujeitos comunicantes e o agrupamento de indivíduos que compartilham ideias, objetivos, sentimentos.

3. A EVOLUÇÃO DA CHARGE DO IMPRESSO À INTERNET

Inicialmente, deve-se esclarecer que a palavra caricatura tem sua origem semântica no verbo italiano *caricare* que significa carregar, no sentido de acentuar, de exagerar e corresponde a ridicularizar, criticar, satirizar. No idioma francês, é utilizado o termo charge, traduzido por carga, ataque, exagero. O termo incorporou no Brasil o sinônimo francês da caricatura (charge), numa vinculação íntima com a imprensa, como uma sátira gráfica a um acontecimento político, que com seu poder de sedução, tornou-se um instrumento eficaz de persuasão do público leitor (QUADROS, ZUCCO, 2010).

As charges, desde seus primórdios, fazem referência aos acontecimentos que ocorreram na sociedade na área econômica, política, no futebol, com o objetivo de apresentar o fato por meio de um enunciado conciso de fácil compreensão e que, ao mesmo tempo, seja capaz de dialogar, remeter o leitor a um assunto ou tema em destaque naquele momento. Ainda, são marcadas pelo conteúdo opinativo crítico, pretendendo despertar na sociedade a consciência crítica com relação ao poder político, à vida social e cultural (RASLAN, 2013).

Destaca-se que a primeira charge brasileira assinada, feita pelo jornalista Manuel Araújo Porto Alegre, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, no ano de 1837, possui como temática a propina e o título “A Campainha e o Cujo”, apontando também o combate aos costumes da época. Com sua rapidez de leitura e percepção se tornou um instrumento de persuasão do leitor, conforme já referido, e uma forma de provocar os políticos. Ressalta-se que a charge pode evocar o imaginário do leitor, auxiliar na interpretação de fatos e contar novamente, a seu modo, a história.

Ela utiliza a linguagem verbal e não-verbal trazendo a informação e a produção de sentidos pela imagem (ARAGÃO, 2007).



A Campainha e o Cujo, considerada a primeira charge feita no Brasil, no ano de 1837. Disponível em: <https://www.significados.com.br/charge/> Acesso em: 28 fev. 2019.

De acordo com o Dicionário de Comunicação, a charge é “um cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política” (BARBOZA; RABAÇA, 2001). Seguindo nesse trilho, existem fotógrafos e desenhistas que documentam a dura realidade pela imagem, inserindo nos jornais sua opinião de forma bastante peculiar. Pode-se dizer o que antes significava uma obra literária que trabalhava com tolices, estupidez, atualmente, significa o ataque por meio de desenhos, fotografias, incluindo textos escritos no jornal (BELTRÃO, 1980). Afirma-se que esta forma de comunicação ao mesmo tempo em que provoca o riso, traz informação e opina.

As charges são consideradas por alguns doutrinadores como um dos gêneros do discurso jornalístico, tendo em vista que o jornal foi, e ainda é, um importante meio de circulação do gênero, que reproduz atitudes e acontecimentos de certa relevância histórica, criticando-o. A charge possui o poder de fazer uma revelação surpreendente em um local comum que é o jornal, ou seja, é tratar de uma forma diferente um fato do qual já possuía informações, causando surpresa no espectador. A charge promove uma desconstrução da imagem, não retirando a credibilidade do material noticioso, funcionaria como um local de construção e desconstrução da política, bem como de explosão de um sentido escondido. Ainda, seria um lugar de rememoração, já que pode fazer, e normalmente faz referências cruzadas (BEZERRA, 2013).

Nessa perspectiva, o humor contido nas charges para ser entendido, necessita que o leitor além de ser capaz de interpretar, possua o domínio do código linguístico, bem como consiga contextualizar o fato. O chargista procura expressar o sentimento do público sobre determinado contexto fático na charge, sendo esta uma manifestação de valores significantes que não possuem outra forma de serem expressos (RASLAN, 2013). Ou seja, um dos traços mais marcantes da charge é a ironia, que tem como função criticar, impressionar e provocar o humor (QUADROS; ZUCCO, 2010).

Pirandello descreve o humor existente nas charges:

o humorismo consiste no sentimento do contrário, provocado pela especial atividade de reflexão que não esconde, como geralmente na arte, uma forma de sentimento, mas o seu contrário, mesmo seguindo passo a passo o sentimento como a sombra segue o corpo. Para o humorista as causas na vida não são nunca tão lógicas, tão ordenadas, como nas nossas obras de arte comuns. A ordem? A coerência? Mas se nós temos no interior quatro almas em luta entre si: a alma instintiva, a alma moral, a alma afetiva, a alma social. E conforme domine esta ou aquela se compõe a nossa consciência, e nós consideramos válida e sincera aquela interpretação fictícia de nós mesmos, do nosso ser interior que desconhecemos, porque não se manifesta nunca inteiro, mas, ora de um modo, ora de outro, como queiram os casos da vida. O humorista decompõe o caráter em seus elementos; mostra as suas incongruências (1996, p. 169-170).

Refere-se que a charge somente poderá ser bem compreendida, se for aplicada sobre temas atuais, se o leitor não possuir conhecimento a respeito do assunto que ela trata, ele não terá uma ação participativa em relação a ela, não sendo cumprido o objetivo do jornalismo. Para que seja possível a criação da charge, é necessário que o fato que a provocou esteja em desenvolvimento e associado a ele deve estar o cômico, porque o que levaria ao jornalismo a publicação de uma notícia social que já despontou, sem qualquer tipo de atualização ou não abordando uma forma diferente (RASLAN, 2013). Pode-se afirmar que a charge é uma forma de registro crítico e opinativo da história imediata de um grupo social, a sua recepção pelo leitor depende da existência de uma memória social que é acionada no momento da leitura permitindo-lhe construir os possíveis sentidos para o discurso do qual a charge é portadora (OLIVEIRA, 2001).

Uma das características fundamentais do gênero charge é a contundente crítica social. A crítica advinda da linguagem humorística é carregada de elementos que fogem ao padrão das argumentações mais frias e racionais por se tratar, também, de elemento lúdico. Isso permite ao humor contrapor-se aos elementos psicológicos daquilo a que se opõem (BAKHTIN, 1993).

Ainda, é importante para a construção de uma linguagem do humor a presença do ridículo no discurso das obras cômicas (FERREIRA, 2009). O ridículo que também está associado a um aspecto distorcido da realidade, dentro das produções humorísticas, difere-se do que extrapola por estar intimamente ligado às ações humanas (NEREA, 1941). As distorções das ações humanas eram o material na produção do ridículo, bem como dos efeitos cômicos produzidos pela ridicularização, os quais ganhavam variações conforme a pluralidade cultural, social, política e econômica (FERREIRA, 2009).

A doutrina especializada como Sigmund Freud e Isabel Lustosa, aponta que, na formação do humor são utilizadas mensagens indiretas que, quando reunidas e com a colaboração hermenêutica do interlocutor, produzem o riso. A baixa lesividade

do humor, se comparado às afirmações categóricas e expressas, decorre da necessidade de associação de informações indiretas. Ressalta-se que o humor na concepção dos linguistas como Christie Davies, trata-se da conjunção de mensagens que possuem, mediante contribuição interpretativa do interlocutor, um terceiro significado, que provoca o riso pela satisfação do interlocutor (COELHO, 2013).

O senso de humor do cartunista por meio do humor despertado pela charge cria um caminho comunicativo entre o interlocutor e o autor da ideia transmitida, relação esta em que os aspectos irão variar de acordo com os objetivos, conhecimento prévio e elementos sócio-culturais em que tanto autor quanto o apreciador da obra encontram-se inseridos (ZILLES, 2003), e, assim, não apenas expressando determinado sentimento, mas provocando o mesmo em outros indivíduos numa relação de empatia, característica presente na composição do humor como forma de oposição (FERREIRA, 2009).

O acelerado desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, as formas de comunicação mediadas pelo computador, propiciaram o surgimento de novos processos de interação. No entanto, tais processos, nem sempre se apresentam de forma totalmente inédita, geralmente, são adaptações ou reconfigurações de formas convencionais de comunicação. No caso das chamadas charges eletrônicas, um dos chargistas que passou a utilizá-las foi Maurício Ricardo, criador do *site* “charges.com.br”, percebe-se que estas são produzidas com base nos mesmos objetivos das charges jornalísticas convencionais, quais sejam, a crítica social por intermédio do humor (MAGALHÃES, 2006).

O elemento determinante da charge eletrônica é a instauração de um novo suporte material e, por conseguinte, a mudança em seu meio de circulação. Sabe-se que as charges convencionais têm por suporte o jornal. Tal fato determina, entre outras coisas, os possíveis leitores deste tipo de texto. Sua transposição para a

internet transforma o universo virtual de leitores, agregando-lhe novos elementos e excluindo outros. Inicialmente, a charge publicada em meio eletrônico parece aproximar-se mais do público adolescente e jovem, nem sempre leitores típicos das charges convencionais (MAGALHÃES, 2006).

Pode-se afirmar que as charges eletrônicas veiculadas pela Internet manifestam um posicionamento sócio-ideológico do sujeito chargista a respeito de um fato ocorrido na sociedade, o qual pode ser referente ao futebol, a economia, a política, desempenhando assim, função semelhante à da charge jornalística. No entanto, não se pode dizer que se trate de práticas discursivas exatamente idênticas, pois as relações e coerções decorrentes do ambiente virtual diferem daquelas que ocorrem quando se tem por portador jornais, revistas (ORLANDI, 2001).

Ainda que haja entre a charge jornalística e a charge eletrônica uma semelhança quanto à função social, existem diferenças relevantes quanto às práticas discursivas que as constitui, o que não impede que as mesmas veiculem posições derivadas de uma mesma formação discursiva (ORLANDI, 2001).

Nessa perspectiva, uma boa charge deve focar um assunto atual e ir direto onde estão centrados o interesse e a atenção do público leitor. Deve focalizar uma determinada realidade, na maioria das vezes política, ocupando-se da síntese desse fato. A essa charge somente é atribuída significação pelos leitores que possuem conhecimento do mundo circundante.

4. ANÁLISE DA FUNÇÃO DESEMPENHADA PELA CHARGE ELETRÔNICA NA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A sociedade transita atualmente no que se denomina Era Digital. Os computadores ocupam espaço de extrema importância no atual modelo de sociabilidade, sendo utilizado em todas as áreas da sociedade, comércio, política,

serviços, entretenimento, informação, relacionamentos. Os resultados desse processo são visíveis, sendo que essas transformações alteraram o cenário social objetivando a melhoria e a facilitação da vida e das práticas dos indivíduos.

Pode-se afirmar que as tecnologias digitais possibilitaram uma nova dimensão dos produtos, da transmissão e acesso à informação modificando o cenário político, econômico e social. No entanto, a maior importância do computador é a capacidade de interligação, de formação de rede. Desse modo, com o surgimento da internet no final dos anos 1960, as ideias de liberdade, imaterialidade revolucionaram a leitura e a comunicação em rede, possibilitando arquivar, deslocar, copiar, recompor, desmembrar e construir textos exibí-los e ter acesso a todo tipo de informação, a todo instante.

No cenário de midiatização da sociedade, a Internet configura-se como uma nova forma de interação social viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação. A Internet é um meio de organização social, é o tecido da sociedade, o novo coração de um paradigma sócio-técnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de interação, de trabalho e de comunicação. A internet processa a virtualidade e transforma-a em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CASTELLS, 2003).

No atual âmbito político, não existe partido que não possua endereço virtual próprio. A Internet tem a finalidade de criar espaços de interação com a sociedade, o que é denominado por muitos autores como “democracia virtual” ou “ciberdemocracia”. Esse ambiente midiático é uma forma dos políticos manterem relação com eleitores e com a mídia, bem como tornarem mais visíveis e transparentes as atuações da esfera política. Ainda, na rede é permitido um cenário de livre troca de opiniões, debates, questionamentos e interações, ocorrendo um fortalecimento do processo democrático (MARTINS, 2014).

Pode-se afirmar que com a Internet a informação se democratiza e politiza, possibilitando que qualquer pessoa possa gerar informação e compartilhá-la, debater ideias e opiniões, defender direitos, expressar sua liberdade de expressão e críticas, exercer a cidadania, conscientizar sobre assuntos sociais, participar da vida pública e na tomada de decisões. A web é, nas palavras de Lévy, “um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal, que dá margem à renovação profunda das condições da vida pública no sentido de uma liberdade e de uma responsabilidade maior dos cidadãos” (2003, p. 367).

Observa-se que, com a criação da Internet instigou muitas experiências que “ultrapassam o limiar entre representantes e representados: deliberação ampliada, auto-organização, implementação de coletivos transnacionais, socialização do saber, desenvolvimento de competências críticas”, o que de fato fomenta a governança (CARDON, 2012).

Veja-se que diferentemente de outras mídias como a televisão e o rádio que trabalham com tempo e espaço definidos, na Internet, o usuário pode navegar a qualquer tempo, horário e, ainda, manter uma relação próxima com o político por meio de e-mails, enquetes e pesquisas.

A charge política por meio de suas imagens ilustrativas e de seu humor poderá ser uma ferramenta facilitadora da compreensão, por parte do cidadão, das informações públicas prestadas pela Administração Pública, no âmbito dos seus três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que facilitará o diálogo entre sociedade, governo e Administração, bem como o exercício da cidadania em fiscalizar os atos praticados pelos referidos entes públicos.

Cabe esclarecer que a Internet possibilita que o ser humano tenha acesso a todos os tipos de informações necessárias a respeito da Administração Pública e seus governantes, o que permite que o indivíduo mantenha-se atualizado a respeito dos assuntos de interesse público. De acordo com Manin (1995, p. 11) “para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que

tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais”.

O humor nas charges está a serviço da agressão, já que critica um fato, um acontecimento do cenário político atual. O humor contido no discurso das charges é produzido com a intencionalidade de provocar o riso, mas, sobretudo, criticar indiretamente àqueles que a sociedade democrática colocou no poder, os políticos eleitos. Por meio das charges, os atores sociais surgem como alvo da crítica, como alvo de uma verdade subjetiva construída aos fins que se propõem.

Sabe-se que o humor político é transitório, tendo em vista que explora características de determinados políticos ou de períodos da história pelos quais passa um governo ou país, temas atuais como desvios morais e éticos giram em torno do universo social, a corrupção. Enfim, o sério não pode trazer a verdade, mas o humor relativizando os fatos, deslocando as certezas, acaba pluralizando leituras da sociedade (ADGHIRNI; GIRALDI, 2011).

O humor de cunho político não deixa de se ater a esta característica, mas vincula a ela também a crítica social. O humor não teria o único fim de fazer rir, mas também outros fins como levar o leitor à consciência do fato, à reflexão, à crítica e, em algumas situações, à persuasão. Pode-se dizer que a leitura de charges se desenvolve em dois momentos, envolve a percepção concomitante de duas máscaras, a da seriedade/autoridade e a da ridicularização, simultaneidade de movimentos opostos, mas justapostos, que possibilitam um riso de zombaria sobre nossa atualidade social, política e econômica (QUADROS; ZUCCO, 2010).

Este tipo de humor é mais danoso do que aparenta, pois ingressa no seio da grande massa, tentando se comunicar com ela de forma aberta, simples e ao mesmo tempo, discreto e complexo. Envolve a sociedade em um jogo de esconde-mostra por meio da linguagem que a charge utiliza ilustrações, permite ao leitor a identificação de um problema social, camuflado por jogos de palavras e ideias (FERREIRA, 2009).

Considera-se que a crítica e o desejo de denunciar, de resolver e analisar as ordens instituídas são marcados, na charge, por um humorismo de caráter subversivo (MIANI, 2002). E é nessa perspectiva que Fernandes (2000, p. 30) concebe a ironia como “o último refúgio do oprimido e nenhum tirano, por mais violento que seja, escapa a ela. O tirano pode evitar uma fotografia. Não pode impedir uma caricatura. A mordaza aumenta a mordacidade”.

Esses elementos necessitam que a leitura da charge ocorra em um duplo movimento, envolvendo a percepção de dois sentidos, da seriedade/autoridade e da ridicularização. Isso reconhecendo que os efeitos de sentido da charge são ocasionados pela simultaneidade dos movimentos contrários, mas justapostos, que possibilitam um riso de zombaria sobre nossa atualidade social, política e econômica (NERY, 2002).

A charge, como um gênero cômico, utiliza o riso, a sátira e o deboche para transformar-se em uma expressão de crítica ao poder e aos costumes vigentes na política, já que ela é algo sério.

Ainda, sabe-se que o poder de influência de uma imagem é grande, pois dependendo de sua constituição, enquadramento, resultará num ou em outro efeito. Ressalta-se que a imagem contém um poder forte de comunicação, sedução e de persuasão. Daí a necessidade de ser desenvolvida a análise crítica da sociedade. O conteúdo da imagem deve ser visto como meio e não como fim. A sociedade deve refletir sobre o que está acontecendo no processo social global, despertando a consciência crítica (GUARESCHI; BIZ, 2005).

Assim, é necessário aprender a ler de forma adequada às imagens, desenvolvendo um sentido crítico de análise. O reconhecimento de uma mensagem deve vir acompanhado de interpretação, já que a comunicação implica em realidades de participações, promovendo o progresso, a cultura (GUARESCHI; BIZ, 2005).

Esclarece-se que as complexas relações de sentidos engendrados pelas charges políticas eletrônicas vão muito além da provocação do riso, das metáforas, ironias e sátiras, uma vez que aquilo que é camuflado pela política salta aos olhos à medida que critica, questiona e desvenda a social de quem se torna objeto de riso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem aqui realizada pretende provocar uma reflexão inicial sobre o questionamento: qual a função desempenhada pela charge eletrônica na política contemporânea?

Tomando-se por base a teoria do Agir Comunicativo de Habermas, pode-se afirmar que a Internet não só revolucionou positivamente a sociedade, facilitando a vida em geral como também se tornou um espaço para comunicação, política, economia e democracia, local para a realização do ser humano, participação e interação cívica, onde ainda é possível ter diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais, exercício de liberdade de expressão.

Ainda, foi possível perceber com clareza que com o advento da Sociedade da Informação, a Internet configurando-se como uma nova forma de interação social viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, facilitou e aproximou o contato entre as pessoas, bem como entre os políticos e os eleitores.

O acelerado desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, as formas de comunicação mediadas pelo computador, propiciaram o surgimento de novos processos de interação, dentre eles estão às chamadas charges eletrônicas. Estas são produzidas com base nos mesmos objetivos das charges jornalísticas convencionais, quais sejam, a crítica social por intermédio do humor.

A charge política por meio de suas imagens ilustrativas e de seu humor poderá ser uma ferramenta facilitadora da compreensão, por parte do cidadão, das

informações públicas prestadas pela Administração Pública, bem como do que está ocorrendo no país com relação ao governo, economia, educação, entre outros, o que facilitará o diálogo entre sociedade, governo e Administração, bem como o exercício da cidadania em fiscalizar os atos praticados pelos referidos entes públicos.

Conclui-se que a função desempenhada pelas charges políticas eletrônicas vai muito além da provocação do riso, das metáforas, ironias e sátiras, uma vez que aquilo que não é visto pelos cidadãos, salta aos seus olhos por meio de imagens, figuras com forma de deboche, sátira, alertando-os para exercerem a cidadania por meio da fiscalização dos atos da Administração Pública.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L.; GIRALDI, R. **O escândalo do mensalão: O humor como gênero jornalístico**. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CL_141.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.
- ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. **Dialektik der Aufklärung**: Philosophische Fragmente. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.
- ARAGÃO, O. **Charges e política: o riso moldando o país**. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/educacao5setembro2007/11-charge-octavio.pdf>> Acesso em: 10 out. 2018.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. 2 ed. São Paulo-Brasília: EDUNB, 1993.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre, Editora Sulina, 1980.
- BENEYTO, J. **Informação e Sociedade: Os mecanismos da atividade informativa**. Tradução de Maria de Lourdes Allan, Petrópolis: Vozes, 1974.
- BEZERRA, H. D., **Cobertura jornalística e eleições majoritárias**. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/artigos/tese_heloisadias.pdf> Acesso em: 12 out. 2018.
- CARDON, Dominique. **A democracia internet: promessas e limites**. Tradução de Nina Vincent e Tiago Coutinho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.
- COELHO, P. C. **Direito de sátira: conflito e parâmetros de ponderação**. In: Direito e Mídia. SCHREIBER, A. (Coord.), São Paulo: Atlas, 2013, p. 97-117.
- DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Nostrum Editora, 2013.
- FERNANDES, Millôr. **O livro vermelho dos pensamentos de Millôr**. São Paulo: Senac, 2000.

- FERREIRA, D. A. **O humor como resistência ao controle social autoritário no Brasil pós-1964: reflexões sobre imprensa.** Disponível em: <
http://www.uel.br/grupo-estudo/processocivilizadores/portugues/siteanais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Ferreira2.pdf> Acesso em: 20 out. 2018.
- FERREIRA, R. da S. **A sociedade da informação como sociedade de disciplina, vigilância e controle.** Disponível em:<
http://www.egov.ufsc.br/porta1/sites/default/files/a_sociedade_da_informacao_como_1.pdf>
 Acesso em: 18 de ar. 2019.
- GUARESCHI, P. A.; BIZ, O. **Mídia & democracia.** 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2005.
- GOMES, W. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política.** In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas.* Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006, p. 49-62.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade.** Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1.
- HONNETH, A. **Teoria crítica.** In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Org.) *Teoria social hoje.* São Paulo: Unesp, 1999.
- LÉVY, P. **Pela ciberdemocracia.** In: MORAES, Denis de (Org.) *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder.* Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAGALHÃES, A. P.. **Sentido, História e Memória em Charges Eletrônicas do Governo Lula: Os Domínios do Interdiscurso.** UEM (Dissertação de Mestrado), Maringá, 2006.
- MARTINS, Andrea. **Ciberativismo: ativismo nasce nas redes e mobiliza as ruas do mundo.** In: UOL Vestibular, 04 fev. 2014. Disponível em:
<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-d-a-rede-para-as-ruas.htm> Acesso em: 19 de out. 2019.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (Volume I).** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAZUOLI, V. O. **Direitos comunicativos como direitos humanos: abrangência, limites, acesso à Internet e direito ao esquecimento.** Revista de Direito de Língua Portuguesa, n. 6, jul. de 2015. Disponível em:
 <http://idilp.net/wpcontent/uploads/2014/12/Revista-REDiLP-N%C2%BA-6-online_vf.pdf#page=221>. Acesso em 28 jul. de 2018.
- MIANI, Rozinaldo Antônio. **Iconografia e as transformações no mundo do trabalho.** In: Seminário do Trabalho, 2., Marília/SP, 2002. Resumos. Marília/SP, 2002.
- NEREA, J. G. **Freud, o chiste e o inconsciente.** Rio de Janeiro: Calvino, 1941.
- NERY, L. **Charge: cartilha do mundo imediato.** Semear (PUCRJ), Rio de Janeiro, v. 7, 2002, p. 127-144.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas: Aforismo 354.** Abril Cultural, São Paulo 1983.
- NUNES, L. F. **Quando o direito a comunicação é ultrapassado.** BOFF, Salete Oro; REDIN; REIS, Jorge Renato (Org.), Passo Fundo: IMED, 2011, p. 141-149.
- OLIVEIRA, M. L.S. **Charge: imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo.** In: AZEREDO, J. C. *Letras & Comunicação: uma parceria para o ensino de língua portuguesa.* Petrópolis: Vozes, 2001.
- ORLANDI, E.P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 4 ed. Campinas: Pontes, 2001.

QUADROS, C., ZUCCO, F., & MORETTI, S. (2010). **Com a palavra, a charge: entre o jornalismo, a política e a arte.** *Comunicação & Informação*, 12(2), 48-62. <https://doi.org/10.5216/c&i.v12i2.1226>.

PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. São Paulo: Experimento, 1996.

RABAÇA, C.s; BARBOSA, G. G. **Dicionário de comunicação**. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RASLAN, E. M. S. **Humor na charge mineira**. Disponível em: <<http://marcafantasia.com/imaginario/imaginario-4/eliane.pdf>> Acesso em 10 de out. 2018.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TOMAZ, C. A. S. de.; LEITE, Cristina Atayde.; COSTA, F. V. **A mídia como poder selvagem e a democracia enclausurada**. *Revista Jurídica, Curitiba*, v. 2, n. 43, p. 706-724, 2016. Disponível em:

<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1864/1235>> Acesso em: 10 jul. de 2018.

TREVISOL, M. G. **Poder, Democracia e cultura: inferência sobre os efeitos da comunicação nos contextos sociais**. *Revista ALCEU*, v.10, n.19, p. 164-174, jul/dez. 2009.

ZILLES, U. **O significado do humor**. *Revista FAMECOS*, nº 22. Porto Alegre, 2003.